

190

08

1

Deputado critica Funai

PARA ASDRÚBAL BENTES, FUNDAÇÃO ESTÁ EXORBITANDO DE SUAS FUNÇÕES

BRASÍLIA (Sucursal) - Foi inserido nos anais da Câmara dos Deputados a notícia publicada em O LIBERAL do dia 13 deste mês, sobre a iminência do conflito entre índios e não índios em Novo Progresso, município vizinho de Itaituba.

O deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), ao justificar a iniciativa, disse que essa providência "servirá para que amanhã, quando ocorrer o episódio - e é esse o nosso temor -, não venham dizer que não foram avisados da gravidade do problema que exige uma urgente solução".

Segundo o deputado, a questão indígena no Estado assume tamanha gravidade, "que nos preocupa sobremaneira, no sentido de mais cedo ou mais tarde termos a repetição de um conflito de proporções tão ou mais graves do que o de Eldorado de Carajás. É preciso lembrar que, antes da atual Constituição, índios e não índios conviviam em harmonia e em paz naquela área. Na nova Constituição dedicamos um capítulo ao índio, a fim de preservar seus direitos e sua cultura e garantir as condições absolutamente indispensáveis à sua sobrevivência".

Para o parlamentar do PMDB, "a Fundação Nacional do Índio, exorbitando suas atribuições, am-

pliou desmesuradamente as prerrogativas que a legislação lhe outorgou, para, distorcendo a verdade dos fatos, aumentar as áreas indígenas, impossibilitando que os setores produtivos dispusessem de terras para trabalhar".

Asdrúbal Bentes considera que hoje, meras portarias da Funai têm mais força que a própria Constituição Federal, e o que se vê são conflitos não apenas em Novo Progresso, mas em toda a região sul, sudeste e oeste do Pará. "Por toda a parte o que existe hoje é um descontentamento causado principalmente pela incoerência das políticas governamentais".

Na área indígena Baú, originariamente de 665 mil hectares, hoje com 1 milhão 850 mil hectares de terras, o Incra, por força de um decreto de desapropriação no então chamado Polígono de Altamira, assentou milhares de famílias, titulou terras e a região prosperou. "Atualmente", denuncia o deputado, "o que vemos, lamentavelmente, são trabalhadores rurais ameaçados de despejo de suas propriedades não pela vontade do indígena, mas para satisfazer mais uma vez a pressões externas". O deputado Asdrúbal Bentes citou a reportagem publicada em O LIBE-

RAL: "O Ministério já decidiu 419 processos, todos favoráveis aos índios, mas engavetou nove, inclusive o do prefeito de Novo Progresso".

"Então, verifica-se que o contraditório foi apenas para satisfazer as pressões dos países mais ricos, sem levar em conta que foi o próprio governo que chamou milhares de brasileiros para aquela região, que os assentou, que titulou suas terras". O deputado peemedebista explicou não ser contra os direitos do índio. "Eles merecem todo o nosso respeito. No entanto, é preciso que se observe o preceito contido no Art. 231 da Constituição. É preciso que haja a posse permanente, porque, na realidade, se eles viviam e exerciam as suas atividades em 665 mil hectares, não é admissível que de repente a área da reserva indígena Baú seja aumentada para 1 milhão 850 mil hectares e passe a atingir exatamente aqueles trabalhadores assentados pelo governo federal. O deputado diz que o Poder Executivo não tem forças, porque para desalojar esses trabalhadores rurais vai inchar a periferia das cidades, vai aumentar a marginalidade e a criminalidade. Enfim, estamos precisando produzir e, para tanto, precisamos da terra", concluiu o orador.